

Portugal Energy Conference 2024

A Associação Portuguesa de Energia organiza, a 12 de Dezembro, a [Portugal Energy Conference 2024](#), com o tema “Energia | Pessoas | Cidades”, reunindo empresas, administração pública e especialistas do sector e de áreas conexas.

A Conferência pretende promover o debate sobre os desafios e oportunidades do setor energético, que desempenha um papel fundamental na sociedade, na economia e no ambiente. A APE procura, assim, incentivar soluções inovadoras e sustentáveis que respondam às necessidades de Portugal e contribuam para um futuro mais sustentável.

Composta por três painéis temáticos: Energia e Pessoas, Energia e Cidades e Energia e Futuro, a Conferência pretende explorar a interação do setor energético com as diferentes esferas da vida pública e empresarial e, em particular, com as pessoas, enquanto consumidores e enquanto comunidade.

A sessão de abertura contará com a intervenção, já confirmada, da Senhora Secretária de Estado da Energia, Maria João Pereira, proporcionando o enquadramento político aos debates que se seguirão.

Um dos destaques desta edição será a apresentação do estudo “Olhar do Consumidor no contexto da Transição Energética”, realizado em parceria com a Accenture.

O primeiro painel, "Pessoas", contará com a participação de Isabel Apolinário, Administradora da ERSE; Hugo Gouveia, Administrador da EDP Comercial; João Diogo Silva, Administrador da Galp Comercial; e Ana Tapadinhas, Diretora Geral da DECO.

O segundo painel, "Cidades", terá como orador convidado José Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, e reunirá em mesa-redonda Miguel de Castro Neto, Presidente da Lisboa E-Nova; Luísa Matos, CEO da Cleantwatts; Gabriel Sousa, CEO da Floene e José Ferrari Careto, CEO da E-Redes.

O painel da tarde, “Futuro da Energia” será iniciado com a visão de Paula Abreu Marques, da Direção Geral da Energia da Comissão Europeia. A mesa-redonda que contará com a participação de Miguel Stilwell d’Andrade, CEO da EDP e de Rodrigo Costa, Presidente e CEO da REN, e moderação de João Torres, Presidente da APE.

Para o encerramento da Portugal Energy Conference 2024 foi endereçado convite à Senhora Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho.

Consulte o [Programa](#) e [inscreva-se!](#)



8ª Edição do AMEG inicia-se a 28 de Janeiro, 2025

A 8ª edição do [AMEG - Advanced Management in Energy](#) tem início a 28 de Janeiro de 2025, mantendo o formato presencial e ocupação de dois meios-dias por semana.

Esta parceria, entre a Associação Portuguesa da Energia (APE) e a AESE Business School possibilitou a oferta deste programa de formação em energia, destinado a todos os que exerçam actividade profissional no sector ou em áreas de conexas, integrando em simultâneo uma componente de gestão, muito valorizada pelos participantes

Leccionado por palestrantes da AESE e especialistas de empresas associadas da APE, sob a coordenação de Francisco Vieira, Director do Curso, o AMEG vem recebendo excelente avaliação dos participantes, posicionando-se como uma das formações relevantes no mercado.

Para Francisco Vieira «Assistimos a mudanças profundas na estrutura do setor e das empresas que procuram reestruturar-se e adaptar-se ao novo enquadramento competitivo e regulatório. As mudanças em curso geram desafios que exigem a atualização de conhecimentos, o desenvolvimento de competências e, muito em especial, a aquisição de perspetivas consistentes sobre o setor da energia – necessidades a que o AMEG, uma parceria da AESE com a APE, procura dar resposta.».

O período de candidaturas para esta 8ª edição encontra-se já a decorrer, mantendo os associados da APE as habituais condições preferenciais com desconto de 20% sobre o preço total.



Networking Mulheres na Energia 2024

Realizou-se a 10 de Setembro o já habitual networking de fim de verão do [Mulheres na Energia](#), promovido pela APE, mais uma vez na Residência Oficial da Embaixadora Britânica em Lisboa.

O evento com as intervenções da anfitriã, a Senhora Embaixadora do Reino Unido em Lisboa, Lisa Bandari, e do Presidente da Associação João Torres, bem como com testemunho inspirador da Senhora Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, que é também Membro do Conselho Consultivo do Mulheres na Energia, destacando que, para combater a sub-representação das mulheres no sector é necessário, não só mobilizar as próprias mulheres, como mobilizar a sociedade, as entidades públicas e as empresas.

A coordenação deste evento informal, que contou com a presença de 80 membros do programa e respectivas convidadas, ficou a cargo de Flávia Lima, colaboradora da Embaixada e membro da Equipa de Implementação do Mulheres na Energia e da Board dos Future Energy Leaders Portugal e da equipa da Embaixada Britânica em Lisboa.

Descubra mais sobre o Mulheres na Energia em: <https://apenergia.pt/sobre-mulheres-na-energia/>



Energia em Debate: Descarbonizar para Progredir: os Transportes do Futuro

Os [Future Energy Leaders Portugal](#) (FELPT) realizaram no dia 02 de julho o debate **“Descarbonizar para Progredir: os Transportes do Futuro”** centrado na importância da descarbonização do setor de transportes para alcançar os objetivos da transição energética.

Após uma breve intervenção de boas-vindas e enquadramento do programa de Ana Gomes, Secretária Geral do FELPT, Vasco Zeferina, membro do Board dos FELPT, apresentou o trabalho desenvolvido pelo pelouro *Knowledge and Research*, no âmbito do qual são elaborados os white papers do programa, que têm como objectivo fomentar o debate de tópicos relevantes para o setor energético e que, neste ano se centrarão na flexibilidade na operação da rede elétrica, no caso ibérico na integração energética europeia e na descarbonização energética no sector dos transportes.

Após estas apresentações iniciou-se a mesa-redonda moderada por Guilherme Marques, membro dos FELPT, que contou com a presença de três especialistas: Anabela Antunes (PRIO), Gonçalo Castelo Branco (EDP) e Marcella Franchi (Haffner Energy). O debate abordou o desafio mundial de falta de infraestrutura para corresponder à procura de carregamento de veículos elétricos, o papel dos biocombustíveis como base para a descarbonização do setor e, por fim, a real importância do hidrogénio como alternativa no transporte aéreo.

Na intervenção de encerramento, a Secretária Executiva da APE, Ana Luís de Sousa, sublinhou a importância deste debate, dadas as metas exigentes para a descarbonização dos transportes, destacando os factores chave que os FELPT acrescentaram ao debate.

A gravação do evento, que decorreu online e reuniu cerca de 100 participantes, encontra-se disponível no [canal do Youtube da APE](#).



Encontro Regional da Europa do WE Council em Paris

Realizou-se, no passado dia 12 de Setembro, em Paris o encontro regional da Europa do [World Energy Council](#).

Com a presença dos Secretários Executivos de cada comité membro da Região Europa e membros do programa Global Future Energy Leaders, o encontro centrou-se no debate da forma de criar mais valor para o World Energy Council, para os seus comités membros e respetivos associados, tentando aproveitar o ímpeto do Congresso Mundial da Energia de 2024.



A APE, Comité Membro de Portugal fez-se representar pela sua Secretária Executiva Ana Luís de Sousa e por Nevin Alija, membro nacional do programa Global FEL.

Na intervenção de abertura, Béatrice Buffon, Presidente Regional da [Europa no World Energy Council](#), deu as boas-vindas a todos os participantes, seguindo-se uma sessão sobre a "Proposta de Valor e o Posicionamento" do Council, onde todos os presentes foram convidados a partilhar as suas experiências, feedbacks e sugestões. Posteriormente, realizou-se uma sessão sobre "Propostas de Valor da Comunidade", onde se analisou o papel da comunidade internacional como grande ativo do WECouncil e como fator diferenciador.

Posteriormente, Jean-Bernard Levy, Presidente do Comité Francês do World Energy Council, partilhou a sua visão, seguindo-se um debate sobre o tema "Além da Europa", com a discussão centrada nas oportunidades de colaboração com outras regiões.

A última mesa-redonda foi focada na "Proposta de Valor Intergeracional", com intervenções dos membros do Global FEL no sentido de uma melhor integração dos seus membros com os comités membros e com a estrutura central do World Energy Council.

Após esta sessão, foi apresentado o caminho do World Energy Council rumo à COP 29 em 2025, e detalhados os próximos eventos como a World Energy Week, no Panamá, em 2025, e o World Energy Congress, em Riade, em 2026.

Por fim, Angela Wilkinson, Secretária-Geral do World Energy Council, apresentou reflexões sobre as estratégias para fortalecer a colaboração e maximizar o impacto global do Council.

Relatório Sobre o Estado da União da Energia 2024

A Comissão publicou recentemente o [relatório de 2024 sobre o Estado da União da Energia](#), que descreve a forma como a União Europeia enfrentou os graves problemas que afetaram a política energética nos últimos anos, criando um quadro normativo para poder avançar com a transição energética e lançando as bases para renovar o crescimento económico e a competitividade.



Decorrentes das políticas adoptadas registaram-se progressos significativos em matéria de energia renovável. A energia eólica ultrapassou o gás natural, tornando-se na segunda maior fonte de eletricidade da UE, logo atrás da energia nuclear. No primeiro semestre de 2024, as energias renováveis geraram 50% da eletricidade na UE. Em 2022, o consumo de energia primária da UE manteve a sua tendência descendente, com uma redução de 4,1%. No entanto, para a UE conseguir cumprir o objetivo de redução de 11,7% do consumo final de energia até 2030, os esforços em matéria de eficiência energética terão de ser intensificados, nomeadamente quanto à eletrificação dos sistemas de aquecimento e ao aumento da taxa de renovação dos edifícios. Para além disso, será necessário redobrar os esforços para fazer face aos elevados preços da energia. Este aspeto é fundamental para melhorar a competitividade da indústria da UE e acelerar os investimentos nas redes integradas de infraestruturas europeias, que são essenciais para a eletrificação da economia europeia.

O relatório recorda que todos os Estados-Membros devem apresentar os seus Planos Nacionais de Energia e Clima actualizados, para garantir a prossecução coletiva dos objetivos para 2030. A avaliação dos projetos de atualização dos PNEC, publicada em dezembro de 2023, revela que, embora os Estados-Membros tenham dado alguns passos na direção certa, ainda não são suficientes para reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55% até 2030, devendo os mesmos ter em conta as recomendações da Comissão nos seus planos definitivos.

No futuro, terão de ser enfrentados desafios novos e emergentes, como o atual déficit de ambição em matéria de energias renováveis e os objetivos de eficiência energética, o aumento da pobreza energética, o diferencial dos preços da energia em comparação com concorrentes mundiais e o risco de novas dependências estratégicas críticas. Tal exigirá uma resposta política determinada e uma alteração radical nos esforços envidados pela UE e pelos Estados-Membros, mediante uma maior coordenação, a integração do mercado e ações conjuntas.

Equidade de Género no sector da energia na União Europeia

O documento "[Gender Balance in the R&I Field to Improve the Role of Women in the Energy Transition](#)", publicado em março de 2024 pela Comissão Europeia, destaca a necessidade de promover a igualdade de género no setor energético, para garantir uma transição energética justa e bem-sucedida.

As principais conclusões deste relatório incluem, a constatação do desequilíbrio existente entre homens e mulheres, que constituem apenas 25% da força de trabalho nas empresas de energia da UE, com uma representação ligeiramente superior em cargos seniores (28%). Nas funções de investigação e inovação (I&I), as mulheres representam 22%, registando-se diferenças significativas entre os vários países da UE. Desta forma, verifica-se que para alcançar um equilíbrio mínimo entre homens e mulheres (mínimo de 40% como padrão) até 2050, o setor energético da UE-27 tem de acrescentar 200.000 mulheres à sua força de trabalho.

[Em Portugal](#), os números revelam uma realidade pouco diferente da União Europeia, com 31% de mulheres a trabalhar no sector da energia, mas com um decréscimo para 23% nos cargos seniores. Já em funções de investigação e inovação Portugal regista uma percentagem de 25% semelhante à média da UE. Contudo, Portugal encontra-se nos top 3 dos países com maior envolvimento de Mulheres em cargos relacionados com a Transição Energética, com 43% dos Ministros e Secretários de Estado e 57,4% dos membros das comissões parlamentares.

Entre as principais barreiras que contribuem para a actual disparidade, encontram-se os papéis culturais de género, a divisão desigual do trabalho de prestação de cuidados e uma cultura masculina de engenharia, a que acresce a perceção de escassez de mulheres qualificadas no mercado de trabalho. Existe também ainda uma disparidade salarial assinalável entre homens e mulheres, embora com percepções diferenciadas: 37% das mulheres detetaram uma disparidade salarial, em comparação com 25% dos homens.

Apesar dos desafios, a satisfação no trabalho é alta entre as mulheres no setor de energia, com relatos de condições de trabalho favoráveis, especialmente pós-COVID-19. No entanto, há ainda muito por fazer e o relatório detalha várias medidas identificadas como mais eficazes para promover a igualdade de género nas empresas de energia.

Na implementação de medidas no sentido destas recomendações em Portugal é destacado, no âmbito governamental, o papel dos [Planos para a Igualdade](#), bem como o papel pessoal e a visão da actual Ministra do Ambiente e Energia, Professora Maria da Graça Carvalho, Deputada do Parlamento Europeu à data da publicação deste relatório.

Ao nível das empresas e sociedade civil são destacados os programas Future Energy Leader Portugal e Mulheres na Energia, ambos da APE bem como a iniciativa Women in ESG, merecendo, os dois últimos, particular destaque.



EU actualiza regulamento de sustentabilidade para produtos domésticos

Entrou em vigor na UE o [Regulamento Conceção Ecológica para Produtos Sustentáveis](#) (sigla ESPR, do inglês Ecodesign for Sustainable Products Regulation) sobre requisitos de sustentabilidade para uma vasta gama de produtos de uso doméstico.

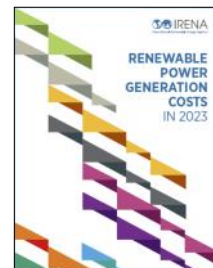
Este Regulamento permitirá que os produtos durem mais tempo, sejam mais fáceis de reparar e reciclar, contenham menos produtos químicos problemáticos e mais materiais reciclados e sejam mais eficientes em termos energéticos e de recursos – incentivando as empresas a trazer produtos mais sustentáveis para o mercado e gerando custos mais baixos para os consumidores. Com efeito, produtos mal concebidos e de curta duração implicam um custo para consumidores e para o ambiente.

O ESPR baseia-se no sucesso da anterior Diretiva Conceção Ecológica dos produtos relacionados com o consumo de energia ([Directiva 2009/125/CE](#)), que já ajudou os agregados familiares da UE a poupar, ao tornar os equipamentos mais eficientes em termos energéticos.



Crescimento recorde impulsiona vantagem de custo da energia renovável

O novo relatório [Custos de Geração de Energia Renovável em 2023](#), divulgado pela Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), revelou um marco impressionante para o setor energético: 81% da capacidade renovável adicional em 2023 foi mais barata do que as alternativas baseadas em combustíveis fósseis. Este crescimento recorde reforça o argumento de que investir em energias limpas não é apenas uma questão ambiental, mas uma oportunidade económica para os países.



Em 2023, um total de 473 GW de nova capacidade renovável foi adicionado à capacidade global. Desses, 382 GW foram instalados com custos inferiores às alternativas baseadas em combustíveis fósseis. Este progresso foi amplamente impulsionado pelo rápido avanço tecnológico e pela contínua redução de custos, em especial nas áreas de energia solar e eólica.

O relatório destaca que os custos globais da energia solar fotovoltaica caíram para cerca de quatro centavos por kWh, sendo 56% menores do que as opções a combustíveis fósseis ou geração nuclear. As reduções de custos além de tornarem a energia renovável mais acessível, proporcionam benefícios socioeconómicos e ambientais de longo prazo.

Em 2023, o custo nivelado médio ponderado global da eletricidade (LCOE) para novos projetos de energia solar fotovoltaica, eólica *onshore* e *offshore* e hidroelétrica diminuiu globalmente. Os projetos solares fotovoltaicos registaram a maior redução, com uma diminuição de 12% face a 2022. Para os novos projetos eólicos *onshore*, o LCOE caiu 3% em relação ao ano anterior, enquanto para a energia eólica *offshore*, o custo da eletricidade diminuiu 7% em comparação com 2022.

O relatório destaca igualmente o avanço das tecnologias de armazenamento de energia em baterias, que com uma redução de 89% nos custos entre 2010 e 2023. As baterias são fundamentais para permitir a integração de grandes quantidades de energia solar e eólica nas redes elétricas, ajudando a resolver desafios relacionados com a variabilidade das renováveis e equilibrando a oferta e a procura.

Apoio à promoção dos biocombustíveis

Mais de setenta associações e empresas (incluindo a APETRO, atual EPCOL, e a Plataforma Combustíveis Baixo Carbono), enviaram aos ministros do G7, reunidos em Turim a 28 de Abril 2024, um Memorando ([Turin Joint Statement on Sustainable Biofuels](#)) que expõe as suas perspetivas sobre a redução de emissões no sector dos transportes. Declarando o seu apoio à política de descarbonização, reconhecem que o sector dos transportes tem de desempenhar um importante papel nesses objectivos, chamando a atenção para o facto de o sector ainda depender em 95% dos combustíveis fósseis, sendo responsável por 26% do consumo final de energia e por 21% das emissões de CO₂, resultantes, maioritariamente, do transporte rodoviário.



Os signatários consideram que os biocombustíveis sustentáveis são um dos pilares da descarbonização da mobilidade, juntamente com a eletrificação, a eficiência energética e outros combustíveis de baixo carbono, e comprometem-se a contribuir para as metas estabelecidas para a aviação (objectivo da ICAO emissões net-zero até 2050, incluindo a introdução dos SAF); para os transportes marítimos (emissões zero no ciclo de vida dos combustíveis até 2050); e para os transportes rodoviários (sector altamente descarbonizado até 2030).

O Memorando lembra o desafio que a renovação do parque automóvel constitui, refere a necessidade de as emissões serem avaliadas ao longo do ciclo de vida (extração, fabricação, utilização e fim de vida útil) e aponta os benefícios possibilitados pelos biocombustíveis sustentáveis, nomeadamente segurança do abastecimento, redução de importações, aproveitamento de infraestruturas existentes e compatibilidade com os combustíveis fósseis, facilitando, portanto, a transição.

Os signatários apelavam aos membros do G7 que apoiassem os biocombustíveis sustentáveis, a exemplo do G20 que na reunião de Setembro de 2023 lançou a [Global Biofuel Alliance](#) e da Clean Energy Ministerial (CEM13) de 2022 com a [Biofuture Platform Initiative](#).

O Memorando encontrou acolhimento no [Comunicado](#) final da reunião em Turim, que regista: “Neste contexto referimos também a Declaração Conjunta de Turim sobre Biocombustíveis Sustentáveis submetida aos Ministros do G7 pelos *stakeholders* do sector”

Associados APE - Vamos continuar a conhecer-nos!

A [ADENE - Agência para a Energia](#) é uma pessoa coletiva de tipo associativo, com estatuto de utilidade pública, que se rege pelo disposto no DL n.º 223/2000, de 9 de setembro, na sua atual redação, pelos respetivos estatutos e, supletivamente, pelas normas referentes às associações em geral.

A ADENE tem por missão promover e realizar atividades de interesse público na área da energia e seus interfaces com outras políticas setoriais, em articulação com as demais entidades com atribuições nestes domínios, bem como promover e realizar atividades de interesse público nas áreas do uso eficiente da água e da eficiência energética na mobilidade, encontrando-se algumas das suas atribuições e competências previstas em diplomas específicos.

A ADENE conta com as seguintes atribuições:

- Entidade gestora do [Sistema de Certificação Energética dos Edifícios](#);
- Entidade gestora operacional do [Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia](#);
- Exerce transitoriamente a atividade de [Operador Logístico de Mudança de Comercializador](#);
- Assegura o apoio operacional, em articulação com as entidades coordenadoras (DGEG e APA), a execução do [Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública](#);
- Integra o grupo de coordenação da Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios, sob coordenação da DGEG, a quem presta apoio técnico e operacional, em conjunto com o LNEC e o IHRU;
- Entidade responsável, em articulação com as demais agências de energia e outros agentes locais, por assegurar o apoio na dinamização, promoção do autoconsumo, bem como na capacitação, informação e esclarecimentos aos autoconsumidores e promotores do autoconsumo, no âmbito do Sistema Elétrico Nacional;
- Entidade responsável, entre outras entidades, por disponibilizar no respetivo sítio na internet informação clara e simples sobre o procedimento a adotar para a adesão ao regime de tarifa regulada de venda de gás natural;
- Entidade responsável, em estreita articulação com a DGEG e em parceria com as associações do setor e outras entidades, por monitorizar a implementação do [Plano de Poupança de Energia 2022-2023](#).

Em complemento, a ADENE é ainda responsável por assegurar a:

- Gestão da [Academia ADENE](#), que promove formação especializada na certificação energética de edifícios e reforço de competências nos domínios da eficiência energética, das energias renováveis, da eficiência hídrica e da mobilidade eficiente;
- Gestão de sistemas de classificação voluntária na área da eficiência hídrica ([AQUA+](#)), mobilidade ([MOVE+](#)) e economia circular, bem como dos portais [casA+](#), [CLASSE+](#), [Poupa Energia](#), [Observatório da Energia](#) e [CINERGIA](#);
- Dinamização da iniciativa nacional [Rota da Energia](#);
- Participação nas redes [European Energy Network](#) (EnR) e [Mediterranean Association of National Agencies](#) (MEDENER), bem como interação com as agências de energia e ambiente de âmbito municipal e regional, promovendo a cooperação e o estabelecimento de parcerias e explorando sinergias, o diálogo colaborativo e o compromisso ativo com estas organizações e os seus membros.

A ADENE tem como visão ser uma instituição agregadora que mobiliza e dinamiza a aplicação da política pública, parceira de excelência do sector empresarial e associativo, próxima do cidadão, contribuindo para reforçar o posicionamento de Portugal na linha da frente da descarbonização e da transição energética.

A energia é o motor da atividade da ADENE, aliado à nossa fonte de energia: as pessoas. Os colaboradores da ADENE desenvolvem diariamente o seu trabalho em articulação com as políticas públicas em vigor, tendo como grande foco o consumidor e o reforço de Portugal na linha da frente da descarbonização e da eficiência energética. Este trabalho baseia-se num modelo democrático e justo que potencie o uso eficiente de recursos e a criação de riqueza. Paralelamente, a cooperação e as parcerias com o meio científico e académico, as autarquias, o sector empresarial, as agências de energia e ambiente, e os representantes dos consumidores e associações setoriais, são atividades fundamentais ao desafio assente na temática da energia. Porque as pessoas estão primeiro, é também foco da ADENE aumentar a literacia energética dos consumidores, gerir e desenvolver sistemas confiáveis de desempenho e de certificação no âmbito da eficiência energética, de modo a garantir a proximidade com os cidadãos.

Hoje, a sociedade está mais atenta às questões relacionadas com energia e a sustentabilidade e mais exigente nas respostas aos desafios da transição energética e climática, desafios esses que a ADENE está pronta para ajudar a ultrapassar.

Em 2023, ainda em contexto desafiante de incerteza em virtude dos impactos provocados pela crise energética global, pretende-se consolidar a estratégia e visão da ADENE, mantendo-a como a Agência agregadora do setor da energia, capaz de prosseguir as suas atividades com clareza e transparência, reforçando as dimensões técnica, de cooperação institucional, e de comunicação, mantendo a sua utilidade no que diz respeito à prossecução da política pública.

Os objetivos a alcançar são imensos, desde logo pela contínua aproximação ao cidadão através da promoção da literacia energética, mas igualmente na aposta na requalificação e formação profissional do setor. A monitorização do Plano de Poupança de Energia 2022-2023, o apoio à monitorização da Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios, o apoio à implementação da Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética, o desenvolvimento do Sistema Classificação da Economia Circular, constituem, simultaneamente, desafios e objetivos a concretizar nos próximos meses. A ADENE pretende igualmente reforçar a área da certificação energética dos edifícios e gestão de recursos, garantindo a transposição da nova Diretiva do Desempenho Energético dos Edifícios, que está a ser discutida na esfera europeia e que irá trazer novidades ao setor.

Por fim, continuar a ser uma voz ativa na promoção da eficiência energética e hídrica e no apoio ao desenho e à implementação da política pública, contribuindo para a implementação de uma transição energética e justa para todos.



Agência para a Energia